

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/11/2024 | Edição: 222 | Seção: 1 | Página: 45

Órgão: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos/Gabinete da Ministra

PORTARIA CONJUNTA MGI/MJSP Nº 99, DE 10 DE OUTUBRO DE 2024

A MINISTRA DE ESTADO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS E O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e na Instrução Normativa nº 1, de 27 de agosto de 2019, da extinta Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, e conforme as informações do Processo Administrativo nº 14022.168140/2022-54, resolvem:

Art. 1º Autorizar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) contratar, por tempo determinado, o quantitativo máximo de 213 (duzentas e treze) pessoas, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do art. 2º, inciso VI, alínea "i", da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, conforme Anexo.

Parágrafo único. As pessoas de que trata o caput serão contratadas para desenvolver atividades no âmbito da ANPD, em razão da criação da própria autarquia frente à sua relevante missão e aos crescentes desafios que lhe são demandados a partir da instituição da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 2º O recrutamento das pessoas de que trata esta Portaria dependerá de prévia aprovação das candidatas e dos candidatos em processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, nos termos do art. 3º da Lei nº 8.745, de 1993.

Parágrafo único. Caberá a ANPD observar as leis e os regulamentos que tratem sobre políticas de reserva de vagas em processos seletivos simplificados e assegurar que as ações e procedimentos previstos no certame estejam alinhados ao alcance da efetividade de tais políticas.

Art. 3º O prazo de duração dos contratos, bem como as possíveis prorrogações observarão o disposto no art. 4º da Lei nº 8.745, de 1993, desde que a prorrogação seja devidamente justificada com base nas necessidades de conclusão das atividades de que trata o parágrafo único do art. 1º desta Portaria.

Art. 4º A ANPD definirá a remuneração das pessoas a serem contratadas em conformidade com a importância de que tratam o inciso II do art. 7º da Lei nº 8.745, de 1993, e do Decreto nº 6.479, de 11 de junho de 2008.

Art. 5º O prazo para publicação do edital de abertura de inscrições para o processo seletivo simplificado será de até 6 (seis) meses, contado a partir da publicação desta Portaria.

Art. 6º As despesas com as contratações autorizadas por esta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no Grupo de Natureza de Despesa - GND "1 - Pessoal e Encargos Sociais", uma vez que visam à substituição de servidores e empregados públicos, nos termos do § 2º do art. 126 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024, LDO 2024, Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTHER DWECK

Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

MANOEL CARLOS DE ALMEIDA NETO

Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública Substituto

ANEXO

Função	Qtd
Atividades Técnicas de Formação Específica - nível intermediário	11
Atividades Técnicas de Suporte -nível superior	51

Atividades Técnicas de Complexidade Intelectual	101
Atividades Técnicas de Complexidade Gerencial, de Tecnologia da Informação e de Engenharia Sênior	50
TOTAL	213

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Ministro da Justiça anuncia início dos trâmites para realização de concurso público para a ANPD

Em audiência pública no Senado, ministro Flávio Dino afirma que a pasta está trabalhando para realizar concurso para a Autoridade

Publicado em 15/09/2023 10h10

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)



Nesta quarta-feira (13), o ministro da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Flávio Dino, afirmou, durante audiência pública no Senado Federal, que o ministério está organizando o edital de um concurso público para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Flávio Dino destacou que a estruturação do edital já tramita na pasta. O próximo passo será a análise pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). A fala do ministro demonstra a imprescindibilidade de pessoal frente à missão e aos crescentes desafios enfrentados pela ANPD e a necessidade de fortalecimento institucional da Autoridade.

Por meio do certame, a Autoridade disporá de quadro de pessoal adequado ao atendimento às competências previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

O Pedido de autorização para o processo seletivo simplificado, instrumento a ser utilizado para a seleção de pessoal, nos casos de contratação temporária, foi instruído pela ANPD em maio de 2022 e segue seu trâmite ainda no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Após autorização do MJSP, o processo deverá ser encaminhado para o Ministério da Gestão e da Inovação para que se possa realizar a contratação de servidores temporários.

Mais informações:

Assessoria de Comunicação ANPD

ascom@anpd.gov.br

Atendimento: 9h às 17h